

Aos onze (11) dias do mês de setembro de 2018, às dezenove horas e dezesseis minutos (19h16 min), instalou-se a reunião ordinária do Conselho do FUNDEB-BH, com a seguinte pauta: 1- Informes gerais; 2- Leitura e aprovação da ata anterior; 3- Fala da Diretora do SindRede Evangely Maria Oliveira Rodrigues Albertini sobre os efeitos do PL 442/17 na vida funcional dos profissionais da Educação da RME BH. A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: Luiz Gonzaga da Rocha, Maria Antonieta Sabino Viana, Wandson Antônio Silva Mourão e Katia Cristina Varme Dias. O conselheiro Omar Pinto Domingos justificou sua ausência. Contou, ainda, com a presença de Elias José Lopes de Freitas como secretário executivo. O Presidente Luiz Gonzaga da Rocha iniciou a reunião saudando a todos os presentes e logo após, fez a leitura da ata referente à reunião anterior enfocando o trecho em que foi inserida a fala de Renato Marciano da Silva enviada por e-mail, como resposta ao pedido de esclarecimento sobre a previdência dos servidores. O presidente leu a Portaria nº 7.361 de 28 de setembro de 2018, em que fica determinada a substituição da Conselheira Natália Raquel Ribeiro pelo seu suplente Alexsandro da Silva Gomes que passa a ser o titular indicado pelo poder executivo, sendo indicada Ana Paula Simões Hilário como sua suplente para o restante do mandato. Em seguida, foi lida e assinada a ata da reunião do dia 14.08.2018. Luiz Gonzaga da Rocha leu também a resposta do TCE MG ao questionamento sobre o atraso de repasses de verbas referentes ao Fundeb, pelo governo estadual. O teor da resposta dava conta de que já havia uma representação feita pela prefeitura de Ipatinga cuja questão era a mesma. A conselheira Maria Antonieta Sabino Viana alegou que a resposta do TCE MG não respondia ao questionamento feito pelo Conselho e solicitou à Secretaria Executiva pesquisa no sentido de saber qual a data da representação impetrada pela Prefeitura de Ipatinga. Outro informe prestado pelo Presidente foi sobre o repasse indevido de verbas referentes ao transporte de alunos do meio rural para Belo Horizonte, através do PNATE. Foi lido ofício a ser encaminhado ao FNDE e Procuradoria Geral do Município solicitando providências para que isto fosse sanado, uma vez que a Secretaria Municipal de Educação já enviou ofício ao FNDE comunicando a irregularidade;

inclusive, já tendo obtido resposta desse órgão dizendo que o município não receberia mais esse recurso. A Conselheira Maria Antonieta Sabino Viana solicitou que este ofício fosse enviado também ao Tribunal de Contas da União. Em seguida, Luiz Gonzaga da Rocha saudou a convidada Evangely Maria Oliveira Rodrigues Albertini, diretora do SindRede BH, agradecendo a sua disponibilidade e solicitando a todos os presentes que se apresentassem. Foi dada então a palavra à convidada que discorreria sobre os efeitos do PL 442/17 sobre a carreira dos profissionais da educação da PBH. Evangely Maria Oliveira Rodrigues Albertini iniciou sua fala dizendo que em sua carreira na RME possui um cargo na Educação Infantil e outro no Ensino Fundamental. Sendo inserida na Educação Infantil tem participado de todo o movimento que busca a valorização da categoria. Passou a discorrer, então, sobre o movimento de greve das professoras deste nível de ensino em Belo Horizonte que resultou em ganhos para a categoria, uma vez que foi diminuída a diferença salarial entre esta e os professores da Educação Fundamental. Lembrou que esta era a principal reivindicação da Educação Infantil. Reivindicação esta, que tem motivado a luta da categoria em busca de sua valorização como profissionais da educação municipal. Lembrou que a partir do ano de 2017 foi iniciada a construção de um movimento de mobilização dos profissionais da Educação Infantil na busca deste objetivo. Neste processo, foram tentados diálogos com a Secretária de Educação de Belo Horizonte que em uma reunião, após várias desmarcadas, afirmou que não tinha uma proposta ou resposta para as demandas da categoria. Isto fez com que o SindRede organizasse um seminário sobre a Educação Infantil que tiraria um documento contendo uma análise do quadro deste nível de ensino (autonomia e gestão democrática nas Umeis e unificação da carreira do magistério em Belo Horizonte), o que subsidiaria a luta da categoria a partir de então. Tendo sido o documento aprovado pelo seminário, foram tiradas as reivindicações correspondentes pelo SindRede. O PL 442/17 representou a proposta da PBH vinculada a este movimento. Nele estavam contidas propostas de autonomia das Umeis e aumento em um nível da carreira da Educação Infantil, o que estava longe de atender à reivindicação de unificação da carreira do magistério na PBH, lembrando que 8 níveis ainda separavam os dois quadros. O executivo alegava que o atendimento a esta reivindicação levaria a Prefeitura à

insolvência e a um enorme déficit. Segundo o Prefeito Kalil, levaria a cidade à condição em que se encontra o Rio de Janeiro, além de alardear que as professoras da Educação Infantil recebiam um salário de R\$3.400,00 (três mil e quatrocentos reais). Estas posições foram combatidas pelo sindicato que apresentou estudos do aumento da arrecadação do município nos últimos anos e deixava claro a possibilidade de equiparação das carreiras. No início de 2018 a PBH implementou alterações no funcionamento da Educação Infantil em relação ao horário de atendimento e alocação de alunos na rede própria e parceira, além de outras medidas relativas à avaliação de desempenho, por exemplo. Diante da inflexibilidade da PBH em negociar as reivindicações da categoria, Evangely Maria Oliveira Rodrigues Albertini afirmou que se ocupou de convencer o sindicato da necessidade de uma construção de greve específica desta categoria que não teve força para ser iniciada no começo do ano, mas foi tirada em abril. A greve, embora tenha começado meio timidamente ganhou muita força com o episódio de repressão, pela Polícia Militar, às professoras, ocorrida na Avenida Afonso Pena em frente à sede da PBH. Repressão que poderia ter sido evitada pelo Prefeito e que teve como testemunha a própria Secretária de Educação que estava dentro do prédio quando do acontecimento. Este fato gerou grande comoção e manifestações de indignação entre vários setores da sociedade em Belo Horizonte. O prefeito fez a proposta de subir mais 3 níveis na carreira da Educação Infantil como última oferta. O movimento grevista usou de várias estratégias que, segundo Evangely Maria Oliveira Rodrigues Albertini, visavam levar a discussão da greve para as ruas, como o acampamento em frente à PBH, jogos de futebol entre as professoras, panfletagens na feira hippie, além de intensa discussão sobre as finanças da PBH. O movimento mais forte da PBH foi o corte de salários que impacta o cotidiano de muitas das trabalhadoras que, por sua condição, dependem dos ganhos para sobrevivência. De todo este processo, Evangely Maria Oliveira Rodrigues Albertini ressalta que houveram conquistas como a diminuição da diferença entre as carreiras do professor da Educação Infantil e do professor municipal, embora tenha apontado que existem cerca de três níveis a serem aumentados para que esta reivindicação seja plenamente atendida. Lembrou que esta foi uma promessa de campanha do vice-prefeito Paulo Lamac em entrevista no SindRede. Lembrou, ainda, outras pautas que

envolvem toda a categoria como o aumento de 2,5% que não contempla nem as perdas inflacionárias nem o piso do magistério, além da discussão das 7 horas de planejamento. Apontou que em outubro será realizado seminário sobre a questão do piso e emancipação das Umeis. Luiz Gonzaga da Rocha apresentou como conclusão que o PL 442/17 trouxe impactos financeiros e ao lado disto, ganhos para a categoria. Para a próxima reunião, a Conselheira Maria Antonieta Sabino Viana sugeriu como tema de discussão a sustentabilidade financeira da autonomia das Umeis, além de outras questões, tais como: com que recursos serão pagos a GDE se os repasses do Fundeb estão com problemas. A conselheira Katia Cristina Varne Dias questionou qual seria a política de transição para a concretização desta medida. O conselheiro Wandson Antônio Silva Mourão levantou a questão de alteração do termo de parceria da PBH com as OSCs e perguntou também sobre a prestação de contas do Fundeb, que seria bimestral. Luiz Gonzaga da Rocha afirmou que não foi possível ainda a organização para este formato. A conselheira Katia Cristina Varne Dias questionou se o Conselho do Fundeb pode discutir a retenção de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que segundo ela tem enfrentado problemas no seu fluxo até a escola. O presidente agradeceu a presença de Evangely Maria Oliveira Rodrigues Albertini e encerrou a reunião.